

CONSENSO DO GLIFOSATO: POLÍTICAS AGRÁRIAS E CONFLITOS RURAIS NA ONDA PROGRESSISTA DA AMÉRICA LATINA (1998-2016)

Fábio Luis Barbosa dos Santos¹

Joana Salém Vasconcelos²

Resumo: O artigo propõe uma análise comparada das políticas agrárias dos governos progressistas na América Latina (1998-2016), considerando os seguintes elementos: o avanço do agronegócio e da superfície subordinada às monoculturas e pacotes tecnológicos das transnacionais de insumos, perpetuando a concentração fundiária; a interação ambivalente dos governos progressistas com movimentos camponeses; o uso do termo “reforma agrária” para processos nem sempre distributivos de regularização de títulos; a política dos programas sociais rurais; e a relação dos governos progressistas com as classes dominantes agrárias. Combinando fontes primárias e literatura secundária, tais aspectos foram analisados de maneira panorâmica na Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai e Brasil. Considerando as especificidades de cada arranjo de poder e alianças de classes, propomos o conceito de “consenso do glifosato” como síntese interpretativa das políticas agrárias progressistas.

Palavras-Chave: Onda Progressista; Políticas Agrárias; Glifosato.

GLYPHOSATE CONSENSUS: AGRARIAN POLICIES AND RURAL CONFLICTS IN THE LATIN AMERICAN PINK TIDE (1998-2016)

Resumen: El artículo propone un análisis comparado de las políticas agrarias de los gobiernos progresistas en América Latina (1998-2016), considerando los siguientes elementos: el avance del agronegocio y de la superficie subordinada a paquetes tecnológicos de transnacionales de insumos, perpetuando la concentración de la tierra; la interacción ambivalente entre gobiernos progresistas y movimientos campesinos; el uso del término “reforma agraria” para procesos no siempre distributivos de regularización de títulos; la política de los programas sociales rurales; y la relación entre gobiernos progresistas y clases dominantes agrarias. Combinando fuentes primarias y literatura secundaria, tales aspectos fueron analizados de manera panorámica en Venezuela, Argentina, Bolivia, Ecuador, Uruguay, Paraguay y Brasil. Considerando las especificidades de cada configuración de poder y sus alianzas de clases, proponemos el concepto de “consenso del glifosato” como síntesis interpretativa de las políticas agrarias progresistas.

Palabras Clave: Marea Rosa; Políticas Agrarias; Glifosato.

Introdução

Desde os anos 1980, com o triunfo da “reforma agrária de mercado” e a imposição do neoliberalismo agrário na América Latina, as demandas dos movimentos indígenas e camponeses foram dribladas com respostas fragmentárias, assentamentos e reservas insuficientes, que funcionam como válvula de escape das

¹ Universidade de São Paulo. Email: faboroso@gmail.com

² Universidade de São Paulo. Email: joana.salem@gmail.com

tensões rurais. Os paradigmas da reforma agrária estrutural-cepalina ou marxista-revolucionária das décadas de 1950 a 1970 foram excluídos do debate. As políticas neoliberais para agricultura agravaram a concentração fundiária, a expansão da monocultura, a espoliação de terras camponesas e indígenas e, sobretudo, a consolidação de negócios transnacionais que envenenaram em massa o solo, a água, o ar e os sistemas agroalimentares latino-americanos.³ Isso pavimentou o caminho para que seis transnacionais do mercado de agrotóxicos expandissem seus negócios no continente: Syngenta, Dow Chemical, DuPont, Monsanto, Bayer e Basf, que em 2015, somavam 345 bilhões de dólares de ativos, crescimento de 66% em uma década.⁴ Neste contexto, difundiu-se na região o glifosato, herbicida mais utilizado no agronegócio mundial, questionado por diversas organizações internacionais de saúde em função da sua alta toxicidade.⁵ Na América Latina, seu uso se intensificou com o desenvolvimento da soja RR (*Roundup Ready*), a semente transgênica da Monsanto mais vendida na região.

Este texto delinea uma análise comparada da política agrária dos governos progressistas na América do Sul no início do século XXI, a partir da perspectiva do consenso das commodities⁶, evidenciando o que nomeamos como “consenso do glifosato”.⁷ A referência a um “consenso do glifosato” é uma metonímia aludindo à

³ KAY, Cristóbal. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, 100, 50th Anniversary Special Issue: New Directions in Latin American and Caribbean Studies, p. 73-83, 2015; TEUBAL, Miguel. La lucha por la tierra en América Latina. In: GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel (coord.). **La tierra es nuestra, tuya y de aquel... Las disputas por el territorio en América latina**. Argentina: Editorial Antropofagia, 2009. p. 205-230; BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Revista Memoria**, La Paz, n. 248, p. 5-13, 2010.

⁴ Soma dos ativos totais declarados nos relatórios anuais das empresas, citados nas referências.

⁵ EUROPEAN PARLIAMENT, **EU's Pesticide Risk Assessment System. The case of glyphosate**. Brussels: Economic and Scientific Policy Department. Study for the Environment, Public Health and Food Safety Committee, 2016; ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20 de jun. 2019.

⁶ SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, 2013; *Idem*. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? In: LANG, Mónica; MOKRANI, Dunia. **Más allá del desarrollo. Grupo Permanente de Trabajo Alternativas al Desarrollo**. México, D.F.: Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 185-218.

⁷ A expressão “progressismo” alude a uma constelação de governos eleitos em reação ao neoliberalismo na América Latina, que apostaram no crescimento econômico como uma via para mitigar as mazelas sociais que herdaram. Este enfoque subestima a articulação estrutural entre dependência e desigualdade, necessariamente reforçada pela dinamização do setor exportador

escolha dos governos progressistas em favor do agronegócio, em detrimento do acesso à terra pelas populações. Essa escolha foi uma característica comum das políticas agrárias do progressismo, que se desdobrou no abandono de projetos de reforma agrária, com a exceção parcial da Venezuela. No contexto latino-americano, a perpetuação do regime de propriedade vigente é indício da falta de compromisso com a mudança estrutural, que se complementou com um enfoque mercantil aos pequenos produtores, evidente no empenho em conectá-los às cadeias de insumos transnacionais e nas contradições das políticas de soberania alimentar.

Nesse artigo traçamos um quadro panorâmico e comparado das políticas agrárias dos sete governos progressistas sul-americanos⁸, mostrando que o consenso do glifosato se impôs tanto nos países onde a agricultura é central para as exportações (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), quanto naqueles que se distinguem como exportadores de minérios e hidrocarbonetos (Equador, Venezuela, Bolívia). O texto está composto por três seções. Inicialmente, delinearemos um panorama geral do aumento do uso de agrotóxicos e do avanço do agronegócio nos países da onda progressista, recorrendo principalmente a dados primários da FAO, da CEPAL e de institutos estatísticos governamentais. Na sequência, abordamos aspectos da relação de cada governo com os movimentos camponeses e indígenas, suas políticas agrárias para o agronegócio e seus “programas sociais” rurais, bem como seus procedimentos de redistribuição de terras. Sabendo que cada processo tem seus meandros e complexidades, nossa intenção é apresentar os marcos gerais da política agrária em cada país, com o objetivo de visualizar aspectos comuns. Nessa seção, deixamos de fora o detalhamento da situação brasileira, considerando a ampla bibliografia especializada acessível aos leitores.⁹ O texto se encerra com reflexões que relacionam a essência das políticas agrárias às estratégias de legitimação do

primário, principal motor do crescimento econômico na América Latina. A exposição clássica do problema está em Furtado (1974). Para uma discussão contemporânea, ver FELDMANN, Daniel; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **O médico e o monstro**. 2020.

⁸ SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista Sul-Americana (1998-2016)**. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

⁹ LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 123-156.

progressismo, analisadas como um sintoma e uma consequência da inviabilidade do paradigma desenvolvimentista na América Latina do século XXI.

Expansão do agronegócio e uso de agrotóxicos na onda progressista

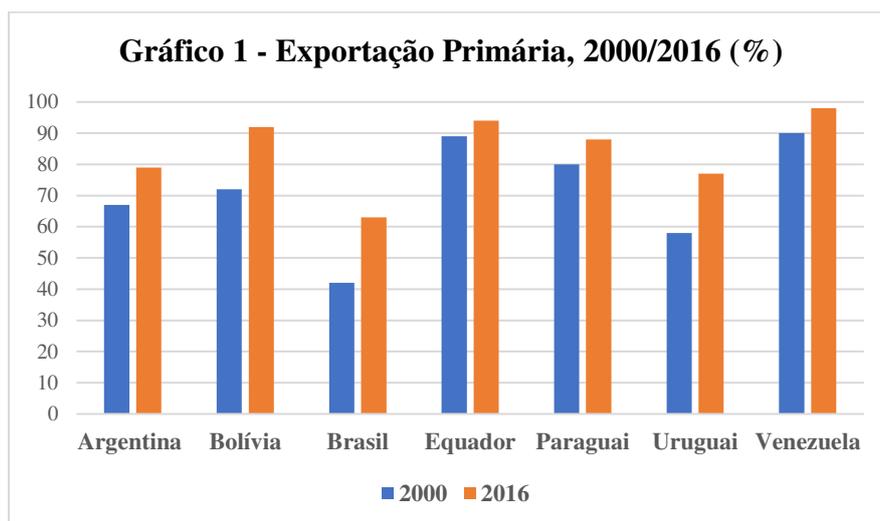
Ao contrário do paradigma cepalino no século XX, atrelado à industrialização por substituição de importações e à reforma agrária distributiva, os governos da onda progressista no século XXI aderiram ao modelo agrário-exportador e, enquanto puderam, converteram seus excedentes em políticas de distribuição de renda focalizada, sem alterar a estrutura das propriedades agrícolas, nem afetar substantivamente as desigualdades regionais. Essas escolhas políticas tiveram implicações importantes sobre o território sul-americano e as populações do campo, aprofundando processos de concentração fundiária e êxodo rural. Na América do Sul, entre 2000 e 2016, as populações urbanas aumentaram em 27%, enquanto as populações rurais reduziram-se em 4%. Em quinze anos, a população rural sul-americana foi reduzida a 16% do total de habitantes.¹⁰ Entre os sete países que compuseram a onda progressista, o maior êxodo rural ocorreu no Uruguai (redução em 37% dos habitantes rurais), seguido por Brasil (12%) e Argentina (9%). Nestes três países, quase 4,5 milhões de pessoas deixaram de viver no campo entre 2000 e 2015, enquanto suas cidades cresceram em 43 milhões de habitantes. Já na Bolívia, no mesmo período, a população urbana cresceu sete vezes mais que a população rural; no Equador, duas vezes mais; no Paraguai quatro vezes mais; e na Venezuela uma vez e meia.¹¹ Em alguns destes países, o êxodo rural se desdobrou em ondas imigratórias.

Um dos indicadores da tendência geral de reprimarização das economias sul-americanas foi a redução do setor industrial e a ampliação do setor primário externo, aprofundando a dependência estrutural. Durante o progressismo, a participação das exportações primárias sobre as exportações totais no Brasil subiu de 42% a 63%; o país foi seguido pela Bolívia (de 72% a 92%) e Uruguai (de 58% a

¹⁰ FAO. **FAOStat**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/>. Acesso em 29/06/2020.

¹¹ Na Bolívia, a população rural cresceu 6,8% enquanto a urbana 45%; no Equador, a população rural cresceu 19% enquanto a urbana 37%; no Paraguai, a população rural cresceu 10% enquanto a urbana 40%; e na Venezuela, a população rural cresceu 22% enquanto a urbana 30%. Cf. FAO, *Op. Cit.*

77%). Já as exportações primárias da Argentina saltaram de 67% a 79% no mesmo período; no Paraguai de 80% a 88%; na Venezuela de 90% a 98%; e no Equador de 89% para 94%. O gráfico 1 a seguir visibiliza este aspecto do consenso das commodities, isto é, a expansão acelerada do setor primário de exportação promovida pelo ciclo progressista.



Fonte: Elaboração própria com dados CEPALStat.

No mesmo período, a agropecuária e o extrativismo florestal lideraram as exportações primárias do Uruguai (76%), da Argentina (61%) e do Paraguai (58%), enquanto Bolívia (5%) e Venezuela seguiram sua trajetória de exportadores de minérios e hidrocarbonetos, sem exportações agropecuárias relevantes. No entanto, a Bolívia durante o governo Evo Morales quase duplicou a superfície de produção agropecuária, estreando na competição agroexportadora.¹² Equador e Brasil, que apresentam setores externos mistos, isto é, com importância equivalente da agropecuária e dos minérios/hidrocarbonetos, também viram avançar a agroexportação. No Equador, as exportações agropecuárias alcançaram 28% em 2016; no Brasil, saltaram de 30% para 39% entre 2005 e 2015. Durante os governos do PT, o saldo da balança comercial do agronegócio se ampliou em quase três vezes, de 30 para 85 bilhões de dólares entre 2003 e 2016.¹³

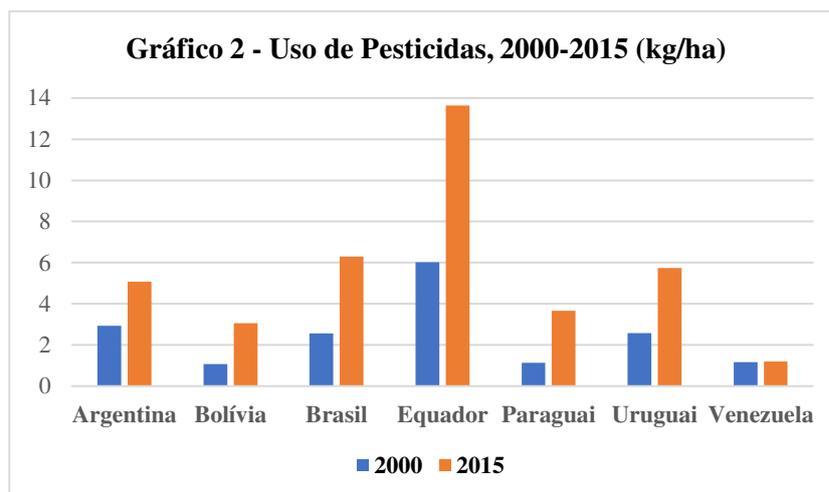
¹² BOLÍVIA, INE, Instituto Nacional de Estadísticas. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/>

¹³ BRASIL. MAPA, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGROStat**. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/>

Embora o lugar distinto que as exportações agropecuárias ocupam em cada um dos países pudesse implicar em diferenças nas políticas agrárias, seis dos sete países que compuseram a onda progressista mostraram indicadores semelhantes sobre o uso de pesticidas e consumo de fertilizantes. Com exceção da Venezuela, cujas exportações petrolíferas alcançaram 98% do setor externo em 2016, as evidências comparadas mostram que o modelo do agronegócio transnacional foi intensificado em todos os governos progressistas, que adotaram pacotes tecnológicos da revolução verde em larga escala, se aproveitando da alta do preço das commodities. É neste sentido que o consenso das commodities se desdobrou no que chamaremos de *consenso do glifosato*.

A América do Sul expandiu em 111% o uso de pesticidas entre 2000 e 2015, saltando de 350 mil toneladas/ano para 740 mil.¹⁴ Excluindo Venezuela, todos os países analisados expandiram o uso de pesticidas *acima da média sul-americana* no período. O recordista foi o Paraguai, que saltou de 1,1 quilo de pesticida por hectare (kg/ha) para 3,7, com um aumento global de 224%. A Bolívia e o Equador expandiram respectivamente 183% e 126% o uso de pesticidas no mesmo período, sendo que o segundo alcançou o recorde de 13,6 kg/hectare. O segundo governo progressista que alcançou maior concentração de pesticidas foi o Brasil, com 6,3 kg/ha em 2015, um crescimento de 146% em relação a 2000. A expansão do uso de pesticidas por superfície nos países da onda progressista está ilustrada no gráfico 2.

¹⁴ FAO, *Op. Cit.*



Fonte: Elaboração própria com dados FAOStat.

O consumo de fertilizantes também se expandiu no período. Em 2008, a Argentina atingiu seu pico de fertilizantes (1,8 milhões de toneladas), uma expansão de 213% em cinco anos. Entre a eleição de Evo Morales e 2014, a Bolívia experimentou 241% mais toneladas de fertilizantes em seu solo. O Brasil, em 2015, utilizava 200% mais fertilizantes do que em 2003. O Paraguai durante o curto governo de Fernando Lugo, expandiu em 122% a fertilização química agrícola. Já o Uruguai de 2014, consumia 322% mais fertilizantes que em 2005. A Venezuela, apesar da fragilidade do setor agropecuário, expandiu em 253% o uso de fertilizantes entre 1999 e 2014. E o Equador de Rafael Correa utilizava 133% mais fertilizantes químicos em 2015, do que em 2007.¹⁵

Outro indicador fundamental na chave argumentativa do consenso do glifosato é o crescente peso da soja nas exportações, sobretudo direcionadas à China.¹⁶ Esta modalidade de cultivo implica em um pacote tecnológico atrelado à técnica do plantio direto, em que os processos de arar e limpar o solo são substituídos pela aplicação de produtos químicos, cuja eficácia exige o seu uso em quantidade crescente. O plantio direto permite reduzir a mão-de-obra empregada,

¹⁵ CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas.** Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>. Acesso em 29/06/2020; SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensembles**, n.3, p. 34-63, 2015.

¹⁶ MORENO, Camila. **O Brasil Made in China. Para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo, 2015.

calculada em duas pessoas por cada mil hectares por ano, em um modelo produtivo viável somente para o cultivo em larga escala. Esta intensificação da agricultura é comparada por alguns autores a “uma agricultura extrativista, uma mineração em solo agrícola”, em uma realidade na qual “o pacote da soja implica a descampesinação absoluta, se trata de uma agricultura sem agricultores”.¹⁷ No outro polo do processo, transnacionais como Cargill, ADM e Bunge açambarcam e exportam a soja produzida, o que levou um autor a concluir que “na prática, os produtores são somente uma engrenagem” entre a provisão de insumos e a distribuição da produção, comandada por estas empresas.¹⁸

Entre 2000 e 2016, a América do Sul expandiu a produção de soja em 34.424.140 hectares. Uma superfície duas vezes maior do que o Uruguai e quase do tamanho do Paraguai foi incorporada ao complexo da soja, resultando em um crescimento produtivo de 112 milhões de toneladas.¹⁹ Vejamos a expansão da fronteira agrícola da soja em cada país durante os respectivos governos progressistas.

O país com a expansão mais vertiginosa da soja proporcional ao território foi o Uruguai, que partiu de uma superfície relativamente pequena, de 278.000 hectares, para 1.099.000 hectares, crescimento de 295% (24% ao ano) sob os governos da Frente Ampla (considerando dados de 2005 a 2018). A segunda maior expansão proporcional ocorreu na Venezuela bolivariana: um crescimento de 217% entre 1999 e 2018 ocorrido, contudo, em uma superfície que não representa relevância comparativa.²⁰ Em seguida veio o Brasil, onde a monocultura da soja expandiu em 14,6 milhões de hectares sob os governos petistas, um crescimento de 80% entre 2003 e 2016. A Argentina do kirchnerismo também ampliou em larga escala suas monoculturas de soja, que cresceram 7 milhões de hectares entre 2003 e 2015, uma expansão de 56%. Apesar da centralidade dos hidrocarbonetos, as exportações agropecuárias na Bolívia cresceram 4% durante os governos de Morales, fundamentadas na expansão de 70% da superfície da soja entre 2005 e

¹⁷ RULLI, Javier (ed.). **Republicas unidas de la soya**. Córdoba: GRR, 2007. p. 18-20.

¹⁸ ROJAS, Luis. **Actores del agronegocio en Paraguay**. Asunción: Base IS/ Diakonia, 2009. p. 73.

¹⁹ FAO, *Op. Cit.*

²⁰ Entre 1999 e 2018, a Venezuela saltou de 1.893 a 6 mil hectares de soja. Cf. FAO, *Op. Cit.*

2018, alcançando 1,3 milhões de hectares. O Paraguai expandiu em 2 milhões de hectares a superfície de soja entre 2000 e 2016, dos quais 456.490 hectares sob o breve governo Lugo. Por último, o Equador foi o único país que reduziu sua superfície sojeira durante o governo Correa, mas em escala pouco significativa se comparado aos vizinhos.²¹ Entretanto, isso não impediu que o Equador irrigasse o mercado dos agrotóxicos, já que se recorreu ao glifosato em cultivos de banana, cacau e palma africana (dendezeiro).²²

A expansão da soja se concentrou na região batizada pela Syngenta como “República Unida da Soja”²³, uma espécie de “país-monocultura” que transcende as fronteiras entre Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. A soma da superfície da soja nestes cinco países em 2016, quando se evidenciou a crise do progressismo, equivalia a quase 60 milhões de hectares, uma expansão de 9,5% ao ano desde 2001. Em 2016, a soja ocupava 48% da área cultivada do Brasil; 50% da área cultivada da Argentina; 66% da área cultivada do Paraguai; e chegou a 72% da área cultivada do Uruguai.²⁴ Abaixo, a campanha publicitária da Syngenta, que cartografa o território controlado pela soja.

²¹ Entre 2007 e 2017, o Equador reduziu sua superfície sojeira de 32 mil para 28 mil hectares. Cf. FAO, *Op. Cit.*

²² PEÑAHERRERA COLINA, Luis. **Situación actual sobre el uso del glifosato en Ecuador**. INIA.10, 2013, p.145-148.

²³ PENGUE, Walter. La Republica Unida de la Soja. Concentración y poder basado en lamonocultura de exportación. *In: ATLAS del Agronegocio*. Heinrich Böll Cono Sur / Rosa Luxemburgo / GEPAMA, 2018, p.26-27; RULLI, Javier (ed.). **Republicas unidas de la soya**. Córdoba: GRR, 2007.

²⁴ PIÑEIRO, Diego & CARDEILLAC, Joaquín. El Frente Amplio y la política agraria en Uruguay *In: KAY, Cristóbal & VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 269; FAO, *Op. Cit.**

Figura 1 – Mapa da República Unida da Soja em campanha publicitária da Syngenta



Fonte: GIRARDI, Eduardo P. *Leitura desconstrucionista do mapa. Cartografia Crítica. Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Presidente Prudente: FAPESP/UNESP/NERA.

Em 2000, os cinco países da República Unida da Soja produziam 35% da soja mundial, participação que, em 2016, saltou para 50%, correspondendo a 48% da superfície de soja plantada no mundo.²⁵ A campanha da Syngenta se tornou uma verdade inconveniente, já que nestes territórios o poder corporativo das cadeias agroalimentares de insumos químicos atuou como formulador de políticas produtivas multinacionais – uma espécie de Estado externo às nações, disseminando suas agendas.

Há uma correlação direta entre a expansão da superfície da soja, a adoção do pacote tecnológico da soja transgênica (da variedade RR à Intacta RR2 Pro, patenteadas pela Monsanto) e a expansão do uso de pesticidas com glifosato, presente não apenas no *Roundup*, mas em centenas de outros herbicidas disponíveis no continente. No Brasil, por exemplo, existem 32 empresas autorizadas a comercializar mais de 100 produtos compostos por glifosato.²⁶ Em 2016, o

²⁵ FAO, *Op. Cit.*; CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas**. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html> Acesso em 29/06/2020; MIRANDA, Evaristo. **Áreas cultivadas no Brasil e no mundo**. Agroanalysis EMBRAPA, 2018; SOARES, R. C. O. O mercado da soja no Paraguai: expansão, consolidação e momento atual. **Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat. Taquara/RS, v. 16, n. 3, p. 211-231, 2019.

²⁶ ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20 de jun. 2019.

Parlamento Europeu encomendou um estudo sobre os efeitos do glifosato na saúde humana e no meio ambiente, a partir do qual desenvolveu um protocolo de banimento gradual do pesticida, que será completamente proibido em 2022.²⁷ Na contramão dessa tendência, os governos progressistas da América do Sul promoveram o seu uso.

Entre 1997 e 2017, a Bolívia aumentou a importação de agrotóxicos de 8 milhões de quilos para 34 milhões, um crescimento de 320%.²⁸ A disponibilidade de divisas durante o governo Evo, isto é, sua maior capacidade de importação, serviu também para aprofundar a dependência do país em relação às cadeias de insumos agropecuários das transnacionais. Segundo o *Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria* (Senasag) da Bolívia, cerca de 10 milhões de litros de agrotóxicos por ano entram no país contrabandeados.²⁹ No Paraguai, só em 2014 foram mais de 341 milhões de dólares gastos em importações de insumos químicos agrícolas, divididos entre cinco grandes empresas: Agrotec SA, Syngenta Paraguai, Agrofertil SA (representante da Monsanto), Bayer SA e Noble Paraguai AS.³⁰ Em 2008, a Argentina comercializou um total de 225 milhões de litros de agrotóxicos, sendo que 137 milhões eram glifosato, representando um crescimento de 50% nos cinco anos de governo Nestor Kirchner.³¹ No Equador, em 2012 eram 4 milhões de litros anuais de glifosato, utilizados nos cultivos comerciais de banana, cacau e palma africana. O glifosato também se tornou o herbicida mais utilizado do país, sem que exista uma regulamentação compatível com seus riscos.³²

No Brasil, a soja transgênica RR, que mais estimulou a importação de glifosato, foi aprovada pela CTNBio em 2009. Segundo uma nota técnica da ABRASCO, entre 2000 e 2012, o uso de glifosato aumentou 124%, enquanto a

²⁷ EUROPEAN PARLIAMENT, **EU's Pesticide Risk Assessment System. The case of glyphosate.** Brussels: Economic and Scientific Policy Department. Study for the Environment, Public Health and Food Safety Committee, 2016.

²⁸ BOLÍVIA, INE, Instituto Nacional de Estadísticas. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/>

²⁹ SAGÁRNAGA, Rafael. *Bolívia, un país adicto al polémico glifosato.* Los Tiempos. Cochabamba, 24/09/2018.

³⁰ SOARES, R. C. O. O mercado da soja no Paraguai: expansão, consolidação e momento atual. **Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat. Taquara/RS, v. 16, n. 3, p. 211-231, 2019. p. 225.

³¹ PÓRFIDO, Osvaldo. **Los plaguicidas en la república de Argentina.** Buenos Aires: Departamento de Salud Ambiental/Ministerio de la Salud, 2014. p. 22 e 24.

³² PEÑAHERRERA COLINA, Luis. **Situación actual sobre el uso del glifosato en Ecuador.** INIA.10, 2013.

produtividade cresceu somente 9,5%, o que problematiza a narrativa da eficiência econômica, que promete aumento da produtividade e minimiza danos ao ambiente e à saúde humana.³³ Como em muitos países, no Brasil se argumentou que a soja transgênica liberaria os produtores do uso de agrotóxicos, mas é notório que se tratava de uma estratégia de marketing suspeita. Não só o glifosato se expandiu, como algumas “pragas” desenvolveram resistência a ele, levando monocultores à sobreposição de venenos como o 2,4-D, componente do agente laranja. O caráter oligopolista desta indústria é também comprovado. Em 2018, ainda segundo a ABRASCO³⁴, 39 das 82 sementes transgênicas de soja, milho e algodão eram propriedade da Bayer-Monsanto, sendo que 33 delas são geneticamente modificadas para tolerar herbicidas. Estima-se que 25% do glifosato do planeta seja comercializado no Brasil, país que consumiu 1 milhão de toneladas de glifosato entre 2012 e 2017, segundo o IBAMA.³⁵

O Brasil é uma peça-chave nas estratégias de mercado da Monsanto. Segundo um Relatório Anual no ano fiscal de 2015, a companhia sofreu uma queda de vendas líquidas correspondente a 497 milhões de dólares. Mas “as vendas líquidas foram parcialmente contrabalançadas pelo crescimento do mercado de sementes de soja e derivados em 174 milhões de dólares”, escreveram, “conduzido pelo custo das mercadorias vendidas no segmento Sementes e Genômica, expandido no Brasil a partir do ano fiscal de 2014, especificamente representado pelo aumento do cultivo e processamento e lançamento da Intacta RR2 PRO”.³⁶

Em 2018, uma série de reportagens do jornal Le Monde baseada nos chamados *Monsanto Papers*, revelou que a empresa manteve durante anos uma estrutura de financiamento de artigos científicos e pareceres técnicos comprados para veicular a falsa informação de que o glifosato não seria cancerígeno.³⁷ Embora o glifosato seja o principal agrotóxico no Brasil e no mundo, também se deve dar

³³ ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20 jun. 2019.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Monsanto, 2016, p. 24

³⁷ FOUCART, Stéphane. Les « Monsanto Papers », à la base de la controverse sur le glyphosate. **Le Monde**, Paris, 11/08/2018.

atenção aos pacotes tecnológicos da Syngenta, que se destaca pelo agressivo composto paraquate. A China, notoriamente mais permissiva a agrotóxicos do que a Europa, proibiu o paraquate em 2015. Uma reportagem das jornalistas Luana Rocha e Mariana Della Barba, da Agência Pública, narra os efeitos da intoxicação por paraquate do jovem Júlio Quintino, de 22 anos, em Cascavel (Paraná). Segundo seu pai, ele foi contaminado ao trabalhar com carregamento de sacas de casca de soja produzida com composto: “a pele dele então ficou toda queimada e foi soltando do corpo (...). Falaram que o pulmão dele estava todo queimado”. O pai comparou a destruição violenta do corpo do filho pelo veneno a um contágio nuclear.³⁸

O uso desse tipo de substância foi constitutivo da aposta progressista em uma modalidade de industrialização da agricultura, que abriria caminhos para o desenvolvimento econômico, a “hora da igualdade” e a redução de brechas sociais, segundo os termos da nova CEPAL (2010). No entanto, como notam Kay & Vergara-Camus, os cultivos de exportação característicos do modelo agrícola neoliberal da América Latina estão ao mesmo tempo “colocando em risco a segurança alimentar e generalizando as condições laborais mais precárias, como o trabalho temporário”.³⁹ Essa escolha compartilhada pelos distintos progressismos implicou em contradições políticas com os movimentos camponeses que, em quase todos os casos, participaram dos processos de luta que elegeram estes governos no início do século.

Política agrária e conflitos rurais na onda progressista

A expansão do agronegócio e do “consenso do glifosato” sob a égide dos governos progressistas foi concomitante às articulações políticas inovadoras entre setores do movimento camponês de alcance regional e mundial, alguns ligados à Via Campesina⁴⁰, promovendo uma agenda de soberania alimentar e reforma agrária. A

³⁸ Apud ROCHA, Luana e BARBA, Mariana Della. **Empresas estrangeiras ‘desovam’ no Brasil agrotóxico proibido em seus próprios países**. Agência Pública, 19/12/2019.

³⁹ KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 34.

⁴⁰ A Via Campesina surgiu em 1993 como uma articulação de movimentos camponeses em quatro continentes (África, Ásia, América e Europa). Em 2017, a Via Campesina abarcava mais de 200 milhões de agricultores, organizados em 164 movimentos locais e nacionais, em 73 países. Entre suas principais bandeiras estão a luta pela soberania alimentar e pela reforma agrária, a autonomia

multiplicidade dos movimentos de trabalhadores rurais de cada país e as ambivalências do progressismo geraram divisões internas e variados arranjos entre os partidos do governo, as representações dos trabalhadores rurais e as classes dominantes agrárias. Alguns segmentos camponeses não compartilharam da postura governista e preservaram sua autonomia em relação ao Estado, promovendo lutas e criticando de maneira direta a aliança com o agronegócio. Outros movimentos camponeses enxergaram no progressismo uma oportunidade para disputar o fundo público em favor das suas agendas. Ao mesmo tempo, as relações entre o progressismo e as classes dominantes rurais variaram de conflitos agudos a alianças estáveis. A seguir, analisaremos sucintamente como cada governo lidou com a questão da distribuição de terras e se relacionou aos movimentos do campo.

Venezuela

Diferente de outros países da onda progressista, a Venezuela não tem exportações agrícolas relevantes, pois seu setor agropecuário responde por 2% a 3% do PIB.⁴¹ Entretanto, houve a tentativa de construir uma reforma agrária como parte do malgrado esforço de superar a dependência histórica em relação ao petróleo e à importação de alimentos.

Quando Chávez tornou-se presidente da Venezuela em 1999, a *Federación Campesina de Venezuela* (FCV) era uma organização com larga trajetória, mas que não conseguiu se adaptar ao dinamismo do processo bolivariano e acabou se dividindo em cerca de oito novas organizações. Dentre elas, estava a *Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora* (FNCEZ), que adotou esse nome em 2001, com presença em oito estados. A FNCEZ representava um setor radical do movimento camponês, apostando na tática de ocupações e lutas populares diretas pela conquista da terra. Em 2003, como contraponto, o chavismo criou um movimento camponês próprio,

camponesa sobre a terra, a promoção da agroecologia, a defesa da diversidade das sementes locais, a garantia dos direitos camponeses e o combate à criminalização e à repressão contra populações rurais. Para mais informações, ver: <https://viacampesina.org/>

⁴¹ CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas**. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html> Acesso em 29/06/2020.

orgânico ao governo, chamado *Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora* (CANEZ).

Ambas, FNCEZ e CANEZ, são parte da Via Campesina, mas se relacionaram de maneira diferente com o governo. A FNCEZ preservou uma postura autônoma, alternando entre a colaboração crítica e a reticência com movimentos “excessivamente” governistas, mas sobretudo atuando no combate direto contra o latifúndio. A CANEZ aderiu às políticas agrárias do governo e criticou a primeira por realizar ações diretas radicais, que consideravam prejudiciais à condução das políticas agrárias do chavismo.⁴²

Quando Chávez foi eleito, havia um poderoso oligopólio de importações e distribuição que controlava o mercado e o preço dos alimentos. Durante todo século XX, a importação de alimentos foi um tema sensível no país, cuja especialização petroleira gerou o fenômeno que Furtado⁴³ chamou de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, solapando as bases da produção agrária. Para superar esse problema, o bolivarianismo anunciou a soberania alimentar e a diversificação produtiva como pontos programáticos fundamentais, visando reduzir importações agropecuárias e expandir a agricultura para o consumo interno, além de garantir justiça social no campo.

Em 1998, 75% dos pequenos produtores rurais controlavam 6% das terras; enquanto 5% dos latifundiários controlavam 74% das terras.⁴⁴ A reforma agrária de Chávez foi institucionalizada pela Lei de Terras de 2001, que estabeleceu a intervenção em superfícies abandonadas e improdutivas dos latifúndios, que seriam distribuídas em Cartas Agrárias (títulos de usufruto), para indivíduos e cooperativas. Nesse processo, até 2013 o governo havia recuperado 6,3 milhões de hectares, regularizado 10 milhões de hectares com ilegalidades cartoriais e distribuído 117.224 Cartas Agrárias, beneficiando mais de 1 milhão de

⁴² MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael & FARRELL, JoJo (ed.). **Venezuela Speaks! Voices from the Grassroots**. Oakland: PM Press, 2010. p. 49-51.

⁴³ FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Celso Furtado, 2008.

⁴⁴ PURCELL, Thomas F. La economía política del capitalismo rentista y los límites de la transformación agraria en Venezuela. In: KAY, Cristóbal & VERGARA-CAMUS, Leandro (eds.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 125-126.

camponeses.⁴⁵ Apesar de deixar intactas as empresas agrárias produtivas, a lei de terras de Chávez gerou reações agressivas dos proprietários rurais. Nos sete meses seguintes à aprovação da lei, entre 2001 e 2002, 57 camponeses foram assassinados, incluindo ativistas da FNCEZ. Um dos agitadores da violência contra camponeses foi o proprietário Omar Contreras Barbosa, da Federación Nacional de Ganaderos.⁴⁶ No panfleto “*En honor a los caídos... Apoyemos la Ley de Tierras*”, de 2003, a CANEZ homenageou camponeses assassinados por atiradores mercenários, reivindicando a perspectiva governista, reproduzindo o artigo da lei que estabelecia a expropriação de terras improdutivas (para disputar a narrativa frente aos proprietários), mas também o artigo que interditava indenizações para ocupantes ilegais de terras (demarcando sua crítica aos movimentos de *tomas*).⁴⁷ Entre 1998 e 2009, foram 217 camponeses assassinados por milícias proprietárias, gerando como resposta a formação de milícias populares camponesas de autodefesa.⁴⁸

Os Fundos Zamoranos foram uma estratégia inovadora de distribuição de terras: eram terrenos entregues diretamente aos movimentos camponeses para autogestão, junto com recebimento de créditos e subsídios públicos gerenciados por Conselhos Comunais.⁴⁹ A FNCEZ e a CANEZ se reuniram frequentemente com o Ministério do Poder Popular para Agricultura e Terras (MPPAT), debateram o Plano Nacional de Cultivos e controlavam recursos da *Corporación Venezolana Agraria* (CVA), órgão estatal que distribuía a produção cooperativa do campo.⁵⁰

No bojo da aliança entre Estado e movimentos camponeses e da redistribuição de terras, a área cultivada cresceu, mas menos do que se esperava. Entre 2003 e 2014, a média da superfície cultivada na Venezuela foi de 2,1 milhões de hectares, enquanto em 1998, alcançava 1,6 milhões. A política de redistribuir terras e investir em novas cooperativas não aumentou a produção alimentar nos níveis almejados, e o país seguiu dependente das grandes empresas de importação. As terras de maior fertilidade do país seguiram nas mãos dos latifundiários e a

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael; FARRELL, JoJo (ed.). *Op. Cit.*, p. 56.

⁴⁷ CANEZ. “En honor a los caídos... Apoyemos la Ley de Tierras”. Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/a5b871f2-e012-4d6a-b6d8-45bf8ebb1ed2?locale=pt-BR>

⁴⁸ MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael & FARRELL, JoJo (ed.). *Op. Cit.*, p. 57.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 60.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 59; PURCELL, Thomas F. *Op. Cit.*, p. 133.

reforma agrária se restringiu a terras marginais. Além disso, como ocorre em Cuba, houve dificuldade em atrair trabalhadores para o campo, em um país em que parece mais fácil “colher nos portos” – ou seja, importar. O incentivo à recampesinização e as novas instituições criadas para fomentar a produção camponesa não foram suficientes para a soberania alimentar, sobretudo considerando o crescimento demográfico de 30% desde 1998. Como sintetizou Aaron Kappeler: “as autoridades estatais se deram conta rapidamente de que a escala da produção requerida para alimentar as grandes populações urbanas estava acima das capacidades imediatas do campesinato”.⁵¹

A Via Campesina assessorou o chavismo em relação a políticas camponesas para soberania alimentar, estimando a necessidade de substituição de 10% da importação agrícola em uma primeira etapa. Mas outros obstáculos se interpuseram dentro do próprio Estado bolivariano, relacionados ao estímulo macroeconômico do comportamento rentista e à corrupção. Thomas Purcell traz o exemplo da Agropatria, empresa pública resultante da expropriação da Agroisleña em 2010, que tinha posição monopólica na comercialização do pacote tecnológico da Monsanto e controlava 90% das importações de insumos agropecuários e alimentos. O chavismo pretendia ganhar posição de controle da cadeia agroindustrial e impedir a especulação dos preços. A Agropatria criou uma linha de crédito robusta para agricultores, espalhou cartões de crédito exclusivos das suas mais de 100 lojas de insumos agrícolas pelo país, mas não diferenciou os pequenos e os grandes, gerando um subsídio aos latifundiários. A própria estatal, então, foi acusada de especular com o preço dos alimentos na fronteira com a Colômbia, conforme se agravavam as distorções cambiais. Purcell⁵² chamou essa prática de “institucionalização do *bachaqueo*”, ou seja, um rentismo produzido pela empresa pública com base nos diferenciais cambiais entre economia estatal e mercados ilegais. Foram constatadas também uma série de operações ilegais com crédito da Agropatria, manipulando listas de recebedores do Registro Nacional Obrigatório de Produtores Agrícolas.⁵³

⁵¹ *Ibidem.*

⁵² *Ibidem.*

⁵³ *Ibidem.* p. 138-140.

Em suma, diante das dificuldades em atrair trabalhadores para o campo, do desincentivo à produção face às importações subsidiadas, da baixa fertilidade das terras distribuídas, entre outros aspectos, o bolivarianismo não teve êxito em transformar a estrutura agrária da Venezuela.

Argentina

Entre as organizações camponesas que apoiaram a eleição de Nestor Kirchner em 2003, estavam movimentos rurais que se destacaram nas lutas antineoliberais na década de 1990. Entre eles, o *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE) e o *Consejo Asesor Indígena* (CAI) da Patagônia, ambos da Via Campesina, junto com *Unión de Pequeños Productores del Chaco* (UNPEPROCH), o *Movimiento Agrario de Misiones* (MAM), o *Movimiento Campesino de Misiones* (MOCAMI), o *Movimiento Campesino de Formosa* (MOCAFOR), a *Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza* (UST), o *Movimiento Campesino de Córdoba* (MCC) e a *Red Puna* (povos indígenas de Jujuy). Segundo Lapegna⁵⁴, “apesar dos camponeses não serem um grupo homogêneo e de suas organizações participarem do projeto ‘nacional-popular’ de diferentes formas, a maioria dos movimentos camponeses apoiaram os Kirchner”.

Na inflexão neodesenvolvimentista pretendida pelo kirchenerismo, os programas sociais rurais do período neoliberal foram financeiramente expandidos, criando novas possibilidades de interação entre Estado e movimentos camponeses através da entrega de recursos públicos gerenciados pelas organizações. Lideranças rurais passaram a ocupar cargos em organismos estatais. Essa oportunidade, segundo Lapegna⁵⁵, ofereceu aos movimentos camponeses uma chance de escapar da posição defensiva que havia predominado desde os anos 1950, para uma lógica propositiva e formuladora de políticas públicas agrárias. Emblemático da nova

⁵⁴ LAPEGNA, Pablo. La economía política del boom agro-exportador bajo los Kirchner: hegemonía y revolución pasiva en Argentina. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 168.

⁵⁵ *Ibidem*.

dinâmica foi o Programa Social Agrário (PSA), criado em 1993, que oferecia microcrédito anualmente a cerca de 160 mil pequenos agricultores.⁵⁶

Em 2005, as bases camponesas do governo Néstor Kirchner se agruparam no MNCI (Movimento Nacional Campesino-Indígena), com protagonismo do MOCASE e participação de mais de 20 mil famílias em rede. O MNCI se integrou à Via Campesina e recebeu a oferta do governo de gerenciar o PSA, mudando o enfoque de crédito individual e familiar para um “enfoque socioterritorial” de financiamento de organizações camponesas.⁵⁷ Essa possibilidade foi contraditória: por um lado, permitiu que movimentos camponeses acessassem informações estratégicas sobre a agricultura e decidissem sobre prioridades de créditos e insumos, deslocando a lógica neoliberal de produtores individuais para produtores coletivos. Por outro lado, o conceito dos “programas” representava uma camisa-de-força, cuja estrutura permitiu apaziguar tensões sociais de uma estrutura agrária concentrada, mas não alterá-la. O manejo do PSA pelo MNCI não durou muito, porque encontrou resistências de funcionários de Estado da Secretaria da Agricultura, que coadunavam com o sentido individualista do programa.⁵⁸ A mesma lógica permeou os fóruns públicos de debates entre pequenos agricultores criados pelo governo Néstor Kirchner, espaços formais de debate que contavam com a presença de funcionários de Estado, mas sem poder deliberativo dos camponeses.

Após quase uma década de kirchnerismo, em 2011, 2% das propriedades agrárias seguiam controlando 50% das melhores terras, enquanto 57% dos pequenos produtores detinham somente 3% da terra.⁵⁹ Não houve política redistributiva relevante no período. A disputa mais direta com a classe proprietária rural não se deu no âmbito no território, dominado pelo agronegócio, mas sim, na esfera do excedente de exportação. Néstor aumentou de 23,5% para 35% o imposto sobre a exportação de soja em seu mandato. Posteriormente, Cristina entrou em confronto com a Sociedad Rural Argentina (SRA) em 2008, quando tentou criar um mecanismo de aumento do mesmo imposto proporcional ao preço da exportação,

⁵⁶ *Ibidem.* p. 166.

⁵⁷ *Ibidem.* p. 170.

⁵⁸ *Ibidem.* p. 171.

⁵⁹ *Ibidem.* p. 178.

capturando o mark-up do setor. Em reação, as associações ruralistas colocaram seus tratores nas ruas, fizeram piquetes nas estradas e paralisaram parte da produção. A pressão surtiu efeito, e o vice-presidente Julio Cobos deu seu voto de minerva no Senado contra o governo que representava, enterrando a lei. Foi um ponto de inflexão que deu coesão às classes proprietárias contra o neoperonismo, enquanto os ruralistas plasmaram a ideia de que “o que é bom para o agronegócio é bom para o país”.⁶⁰

Tentando recuperar o terreno perdido, Cristina se aproximou dos governadores de província, repassando fatias do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SDRAF), antes gerenciadas em “programas” pelo MNCI. Enquanto isso, os governos provinciais, com tradições oligárquicas, recrudesceram a repressão contra movimentos camponeses, inclusive os que apoiavam o kirchenerismo, resultando em diversos militantes assassinados entre 2009 e 2012. Além disso, Cristina foi porta-voz dos interesses das transnacionais de insumos agrícolas, se alinhando publicamente à Monsanto no Conselho das Américas, além de aprovar 18 agrotóxicos novos em tempo recorde entre 2008-2013 e enviar ao congresso uma lei que limitava o uso de sementes crioulas por agricultor, conduzindo pequenos e médios produtores ao mercado das sementes transgênicas. Em 2013, o governo também desativou uma investigação contra Cargill sobre evasão de impostos, empresa que chegou a exportar 20% da soja argentina. Os subsídios governamentais para grande pecuária cresceram e o Plano Estratégico Agroalimentar e Agroindustrial sequer mencionava camponeses e indígenas, apontando exclusivamente para a estratégia agroexportadora. Em 2015, a Argentina representou 18% da renda mundial de comercialização da Monsanto, totalizando 298 milhões de dólares.⁶¹ Essa política gerou expulsão de populações camponesas das suas terras e, para quem ficou:

A produção extensiva de soja transgênica, resistente ao herbicida glifosato, significou ter que lidar com agroquímicos na água (...), ou com os efeitos das fumigações de herbicidas que contaminam o ar,

⁶⁰ *Ibidem*. p. 172.

⁶¹ Monsanto, 2016, p. 53.

colocando em perigo a saúde das populações rurais e suas estratégias de reprodução baseadas no autoconsumo.⁶²

Assim, é possível afirmar que o kirchnerismo aprofundou o modelo neoliberal agrário que ampliou a dependência do país frente às transnacionais do agronegócio, ao mesmo tempo que entregou recursos do Programa Social Agrário aos movimentos camponeses, apaziguando a pobreza rural.

Bolívia

A eleição de Evo Morales em 2005 contou com expressivo apoio camponês e com forte simbolismo, apoiado em sua origem indígena. Entre 2006 e 2009, o Pacto pela Unidade aglutinou o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo a movimentos camponeses e indígenas, que organizaram a resistência contra a revolta dos proprietários rurais da *medialuna*. A sublevação das elites agropecuárias no início do governo Morales chegou ao auge quando o presidente foi impedido de ingressar em departamentos controlados por governos locais aliados das oligarquias agrárias. Santa Cruz, principal cidade do território em que o agronegócio boliviano é mais dinâmico, com exportações de café, açúcar, algodão, madeira e, mais recentemente, soja, foi também o epicentro do movimento proprietário, que se expressou em organizações de direita como o *Comité Cívico de Santa Cruz* e a *Unión Juvenil Cruceñista* - ativas no golpe de 2019.

Para a agricultura, Evo Morales apresentou uma plataforma que contemplava três setores de uma “economia plural”: a agroexportação; a agricultura familiar; e as comunidades camponesas-indígena.⁶³ Em 2006, o governo aprovou uma lei de regulamentação agrária (lei 3545), que anunciava distribuição de terras para agricultura familiar e titulação formal de territórios comunitários. Na Assembleia Constituinte de 2007, cinco movimentos camponeses e indígenas foram cruciais para sustentação popular do governo, sob a égide do pacto que o elegeu: a CIDOB (*Confederación de Pueblos Indígenas de Bolívia*); o CONAMAQ (*Consejo Nacional de*

⁶² *Ibidem*. p. 179.

⁶³ WEBBER, Jeffery B. Evo Morales, el “transformismo” y la consolidación del capitalismo agrario en Bolivia. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 196.

Ayllus e Markas de Qullasuyu); a CSUTCB (*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*); a CNMCIQB-BS (*Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia "Bartolina Sisa"*) e a CSCIB (*Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia*).

Nesse sentido, propostas que se consolidaram no novo texto constitucional, como as autonomias territoriais comunitárias (que já existiam) e a plurinacionalidade, foram interpretadas como resultado da ascensão indianista-camponesa. O preâmbulo da Constituição invertia a narrativa dos vencedores: "Povoamos esta sagrada Mãe Terra com rostos diferentes e compreendemos desde então a pluralidade vigente de todas as coisas e nossa diversidade como seres e culturas".⁶⁴

No artigo 315, a constituição do novo Estado Plurinacional estabeleceu que empresas agropecuárias criadas posteriormente à lei, não poderiam ter mais do que 5 mil hectares por sócio - no entanto, não determinou um limite de sócios por empresa. Já o artigo 398 proibiu o latifúndio e a dupla titulação, definindo aquele com quatro categorias: (a) "propriedade improdutiva"; (b) "terra que não cumpre a função econômica e social"; (c) a propriedade onde se aplica "servidão, semiescravidão ou escravidão"; e (d) que supera o tamanho máximo estabelecido (Bolívia, 2009). Apesar disso, no decorrer do governo Morales, "a desigualdade da estrutura de classes rurais da Bolívia permaneceu praticamente intacta".⁶⁵

A transformação rural do *proceso de cambio* boliviano se baseou na regulamentação fundiária e não na mudança da estrutura de propriedades. Entre 2007 e 2011, 11,7 milhões de hectares foram "saneados e titulados", correspondendo a 11% da meta do governo. A principal novidade foi o aumento da titulação de Terras Comunitárias de Origem (TCO), correspondente a 64% da superfície saneada. O problema era que as comunidades já ocupavam aqueles territórios, ou seja, receberam documentos novos, mas sem redistribuição. Assim como ocorreu no INCRA sob o governo Lula⁶⁶, o Instituto Nacional de Reforma

⁶⁴ BOLÍVIA. **Constitución Política de Estado**, 07/02/2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf Acesso em 30/06/2020.

⁶⁵ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 201.

⁶⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur, 2007.

Agrária da Bolívia registrou dados de terras “saneadas” e redistribuídas sem distinção, gerando estatísticas ilusórias de um processo menos transformador do que aparentava. Na realidade, apenas 26% das terras saneadas entre 2007 e 2011 correspondiam a redistribuições novas e, dentre estas, 79% eram terras estatais de baixa fertilidade. Na conta final, apenas 7% das terras “saneadas” (770 mil hectares) vieram de latifúndios improdutivos proibidos pela Constituição.⁶⁷

Paralelamente, entre 2007 e 2011, os cultivos agroindustriais cresceram de 70% a 80% do valor total da produção, sobretudo em decorrência da soja, que se expandiu em 40%, e da cana de açúcar, que cresceu 36%. A Bolívia de Evo Morales tornou-se uma fronteira agrícola para transnacionais da soja. Em 2013, o grão já ocupava 35% das terras cultivadas no país, com cinco empresas exportadoras que controlavam 90% do mercado, incluindo a Cargill Bolívia.⁶⁸

A relação de Morales com o agronegócio se estabilizou a partir de 2010, quando o presidente passou a se reunir com a Confederação de Empresários Privados de Bolívia, a Associação de Produtores de Oleaginosas e Trigo (ANAPO) e a Câmara Agropecuária do Oriente (CAO). A diretriz do governo era intensificar a exportação primária, inclusive o agronegócio, o que se evidenciou no conflito em torno do *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure* (TIPNIS), aflorado em 2011. Foi um ponto de inflexão que consolidou o sentido extrativista do governo Morales, enquanto sua base camponesa e indígena se fraturou: CIDOB e CONAMAQ foram divididas e suas sedes ocupadas por setores governistas. O governo criou uma central alternativa (*Consejo Indígena del Sur*, Conisur) para fazer contramarchas. Dissidências passaram a ser difamadas e criminalizadas, enquanto organizações que apoiavam o governo recebiam recursos. Campanhas de deslegitimação acusavam movimentos independentes de serem financiados por ONGs estrangeiras. Em 2013, a sede da CONAMAQ foi invadida por integrantes do MAS e suas lideranças, destituídas.⁶⁹

Na segunda etapa do governo, agora aliado explicitamente ao agronegócio, a chamada “reforma agrária” prosseguiu como saneamento, sem alterar estruturas e

⁶⁷ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 203.

⁶⁸ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 211.

⁶⁹ SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Op. Cit.*

com menos entregas para comunidades.⁷⁰ Entre 2010 e 2014, 16 milhões de hectares foram saneados, sendo 44% para TCO (a maior parte em territórios já ocupados), 27% a comunidades camponesas e interculturais (majoritariamente das terras altas, já que o agronegócio predomina nas terras baixas) e 14% para média e pequena propriedade privada (concentrada no Chapare). É preciso atentar, porém, para a relação de superfície por beneficiário: enquanto as TCO obtiveram 48 hectares/beneficiário e as propriedades camponesas 16 hectares/beneficiário, as médias propriedades receberam 996 e o agronegócio, que também ganhou títulos novos, 3.763 hectares/beneficiário.⁷¹ A qualidade da terra também foi desigual: médios e grandes permaneceram com as terras mais férteis do país.

Em Santa Cruz, 46% dos 3,6 milhões de hectares titulados se destinaram ao agronegócio, enquanto apenas 3,8% correspondeu à TCO, 8,8% às comunidades camponesas, 16,9% às pequenas propriedades e 15% às médias. A partir da aproximação de Morales com o agronegócio, em 2010, entre 2 e 3 milhões de hectares ao ano foram saneados para grandes empresas: “a terra mais valiosa do país continuará sendo controlada por um pequeno grupo de capitalistas agroindustriais, às expensas da maioria sem terra ou com pouca terra”.⁷² Enquanto isso, as importações alimentares cresceram de 227 milhões de dólares em 2005 para 723 milhões em 2014. Na rota contrária à da soberania alimentar, a Bolívia passou a importar hortaliças, frutas e até batatas do Peru, um patrimônio andino.

Em resumo, por um lado, setores camponeses e indígenas tiveram assegurado o direito à propriedade devido aos novos títulos, mas por outro, não se alterou a estrutura de concentração das propriedades agrárias. O agronegócio foi um aliado estratégico de Evo Morales desde 2010 até a sua queda em 2019.

Uruguai

O campo uruguaio sofreu uma profunda transformação no século XXI. A difusão de multinacionais foi acompanhada pelo aumento da concentração fundiária, do preço da terra e da pressão sobre os recursos naturais, marginalizando

⁷⁰ ALMARÁZ, Alejandro. La frustración agraria. **Página Siete**, La Paz, abril/ 2015, p. 23.

⁷¹ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 208.

⁷² WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 210.

a pequena produção. Francisco Mujica, quando ministro da agricultura de Tabaré Vázquez, reivindicou um “agro inteligente”. Ao final deste governo, o Censo Agropecuário do Uruguai de 2011 indicava que a estrutura agrária do país seguia concentrada como antes: 55% das propriedades (com até 100 hectares) controlavam somente 4,6% da terra, enquanto 9,2% das propriedades (maiores que 1000 hectares) detinham 61% das terras (Uruguai, 2011). Dez anos antes, em 2000, os proprietários com até 100 hectares detinham 5% da terra e os *estancieros* com mais de 1000 hectares, detinham 59% (Uruguai, 2000). Entre 2000 e 2011, mais de 12.000 unidades produtivas desapareceram, em sua maioria de produção familiar, com área inferior a 100 hectares.⁷³

Por outro lado, a soja transgênica, liberada em 1996, se expandiu a uma velocidade extraordinária, passando de 10 mil hectares em 2000, a 859.000 hectares na safra de 2009. Atualmente, ultrapassaram a marca de 1 milhão de hectares, ou seja: quase 80% da terra cultivada é destinada à soja⁷⁴. Trigo, cevada e arroz, setor dominado por brasileiros, também cresceram. No conjunto, a área agrícola do país triplicou em dez anos, e em 2017, 61% dos 8 milhões de hectares comercializáveis estavam em mãos de sociedades anônimas estrangeiras, que comandam inclusive a exportação de carne. Somando as atividades agropecuárias e agroindustriais, em 2013 o setor gerou quase 25% do PIB e respondeu por 69% do total exportado.⁷⁵

No entanto, a estrela do extrativismo uruguaio é a celulose. Assim como a soja, sua produção no século XX foi insignificante, mas atualmente, há mais de um milhão de hectares de árvores, dos quais quase a metade é controlado por transnacionais. Entre 2005 e 2020, a soja e a celulose somadas destituíram 2 milhões de hectares da pecuária extensiva. Em 2018, pela primeira vez, a exportação de celulose superou as exportações de carne, ambas dominadas por empresas

⁷³ CASTRO, Diego; SANTOS, Carlos. Rasgos de la lógica estatal en la hegemonía progresista uruguaya. In: OUVIÑA, Hérrnán; THWAITES, Mabel (Comp.). **Estado en disputa. Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina**. Buenos Aires: El colectivo, 2018. p. 121-139.

⁷⁴ AHARONIAN, Anahit; CÉSPEDES, Carlos; PICCINI, Claudia; PIÑEIRO, Gustavo. Cambio de uso del suelo, impactos en los recursos hídricos... ¿un proceso de (des)integración regional? Observaciones desde Uruguay. In: CASTRO, J.E.; KOHAN, G.; POMA, A.; RUGGERIO, C (ed.). **Territorialidades del agua: conocimiento y acción para construir el futuro que queremos**. 1. ed. Buenos Aires: CICCUS/Waterlat-Gobacit, 2019. p. 259-286.

⁷⁵ MAÑAN, 2018, p. 82.

estrangeiras.⁷⁶ Como em outros países, o excedente gerado viabilizou o aumento do gasto público geral em 52%, produzindo uma queda da situação de pobreza de 29% a 6,8% da população.⁷⁷

No entanto, diferente de outros países da região, a expansão do agronegócio e do extrativismo florestal ancorados no capital estrangeiro gerou poucos conflitos, em um país em que apenas 6% da população vive no campo e o movimento camponês não encontrou o dinamismo das lutas dos países vizinhos do Cone Sul. Somente uma organização do Uruguai se vincula à Via Campesina, a *Red de Grupos de Mujeres Rurales de Uruguay*. Entre os pequenos produtores, 61% se dedicam à pecuária de corte; 8% cultiva hortaliças, leite e criam ovelhas em pequena escala. Mais da metade destes possui menos de 50 hectares. Historicamente, produtores familiares se organizam na secular *Comisión Nacional de Fomento Rural* (CNFR), de tradição gremial, distante do espectro da Via Campesina.⁷⁸

Em 2011, existiam somente 69 mil assalariados rurais em todo país, correspondendo a 65% da força de trabalho rural. Esse setor foi diretamente beneficiado pelos governos *frenteampelistas*, já que o salário mínimo nacional foi duplicado em 2005 e, pela primeira vez, direitos trabalhistas foram estendidos ao campo: jornada de oito horas, descanso semanal remunerado, seguridade social e proteção em caso de doença. Foi criada uma Unidade de Emprego Rural dentro do Ministério do Trabalho, responsável por efetivar essas mudanças, que visavam eliminar a jornada de sol a sol e os desmandos de capatazes dos *estancieros*. O primeiro governo Vázquez beneficiou 13 mil produtores da agricultura familiar entre 2005 e 2010, com créditos, assistência técnica e capacitação. Uma política de microcrédito alcançou 10 mil camponeses, com até 30 mil pesos/ano. Além disso, entre 2005 e 2015, o Instituto Nacional de Colonização distribuiu 90 mil hectares para 5100 colonos, totalizando cerca de 20 mil pessoas. No entanto, essa

⁷⁶ARTACKER, Tamara. El aparato del desarrollo en las políticas agrarias progresistas. Una crítica desde el postdesarrollo a las políticas públicas de los gobiernos Correa en Ecuador y Mujica en Uruguay. **Ecuador Debate. Devenires actuales de los extractivismos**, Quito: CAAP, n. 105, p. 69-90, dez. 2018.

⁷⁷PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 264.

⁷⁸PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 267.

distribuição não partiu de um processo expropriatório, correspondendo às terras marginais ou públicas.⁷⁹

Em resumo, “a política agrária da Frente Ampla não avançou em uma regulação mais firme dos agronegócios e do capital financeiro e não pode evitar a diminuição da produção familiar, ainda que tenha obtido maior proteção e empoderamento (...) de assalariados rurais”.⁸⁰

Paraguai

Diferentemente do Uruguai, o Paraguai possui uma história de lutas camponesas, ocupações e movimentos indígenas mais radicalizados, além de uma população rural que, em 2016, abarcava 38% do total do país. Isso não o impediu de ser um dos países com a maior concentração fundiária da América Latina. Em 2008, 83% das propriedades (até 20 hectares) ocupavam 4,3% da superfície agrícola, enquanto 1,6% das propriedades (com mais de 1000 hectares, dispunham de 79% da terra⁸¹. Nos anos 1990, movimentos camponeses e indígenas paraguaios se articularam na *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), com 22 organizações regionais e departamentais e cinco nacionais: a *Federación Nacional Campesina* (FNC); a *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT); o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), a *Organización Nacional Campesina* (ONAC) e a *Unión Nacional de Campesinos* (UNC)⁸². Mas a MCNOC rachou em 1998 e o movimento se fragmentou.

Em 2008, alguns segmentos camponeses apoiaram a candidatura de Fernando Lugo, mas outros de maior peso, como a FNC, chamaram o voto em branco, descrentes da *Alianza Patriótica para el Cambio* - em que o “Bispo dos Pobres”, como era conhecido Lugo, se juntava a partidos liberais em nome do fim de seis décadas de governo do Partido Colorado. Em 2009, o apoio camponês a Lugo se organizou

⁷⁹ PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 273.

⁸⁰ PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 280.

⁸¹ FAO, *Op. Cit.*

⁸² EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 99.

no *Espacio Popular Unitario*, uma articulação de luta pela reforma agrária⁸³. No entanto, a aliança governista era minoritária no congresso e só cinco deputados eram do grupo de esquerda que, em 2010, deu origem à Frente Guasú.

Apesar da promessa de que faria a reforma agrária, o governo intensificou a repressão no campo: entre 2008 e 2010, houve 12.650 camponeses desalojados de ocupações, 1.148 camponeses presos e 334 condenados penalmente. Nesse contexto conflitivo, surgiu em 2010 a Liga Nacional de Carperos (LNC), que promoveu uma campanha de ocupações na fronteira oriental do país, de Itapuá e Alto Paraná, zonas conhecidas pelas “tierras mal habidas”, ou seja: entregues ilegalmente pela ditadura Stroessner a latifundiários, que muitas vezes as revenderam a brasileiros. A LNC alegava que as terras da fronteira não poderiam pertencer a estrangeiros, amparados por uma lei vigente desde 2005.⁸⁴

Visando avançar uma política agrária, Lugo criou a Coordenadora Executiva pela Reforma Agrária (CEPRA) e anunciou que o *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT), criado em 2004, atuaria para regularizar “tierras mal habidas”, base material de redes de clientelismo político e lavagem de dinheiro por meio de terras. No entanto, os fundos para essa política foram obstruídos pelo congresso, que sabotou a estrutura orçamentária do governo e eliminou uma série de impostos centrais, dilapidando a arrecadação. Por isso, segundo Ezquerro-Cañete & Fogel⁸⁵, Lugo sequer conseguiu ser neodesenvolvimentista, não apenas pela correlação de forças desfavorável no Congresso, mas também porque a oposição inviabilizou um orçamento mínimo para expandir programas sociais para o campesinato.

Quando Lugo tentou aprovar um imposto de 6% sobre as exportações de grãos, foi derrotado pelo Congresso. Neste contexto, ao contrário dos outros progressismos, o presidente reduziu investimentos públicos na agricultura familiar. Enquanto isso a soja, que representou 50% das exportações totais do Paraguai entre 2000 e 2008, se expandiu segundo uma lógica de “acumulação por fumigação”. Entretanto, os proprietários reunidos na Associação Rural Paraguaia e da

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*. p. 103.

⁸⁵ *Ibidem*.

Associação de Produtores de Soja (com 50 mil brasiguaios), adotaram uma postura agressiva, envolvendo ação direta, tratorações e ameaças. Lugo foi acusado de vínculos com uma obscura guerrilha, que na realidade, parece ser uma organização paramilitar alimentada pelo latifúndio, o *Ejercito del Pueblo Paraguayo* (EPP)⁸⁶. O poder do lobby brasiguaiio, que mobilizou inclusive a diplomacia brasileira, também atuou na queda de Lugo em 2012, na esteira de dois conflitos rurais. O primeiro, em Ñacunday, envolveu a ocupação de uma propriedade de 157 mil hectares do Grupo Favero, do brasiguaiio Tranquilo Favero, conhecido como “Rei da Soja”. Em 2009, o INDERT investigou que 55 mil hectares daquela propriedade foram ilegalmente obtidos em 1999 e os “carperos” do LNC ocuparam a terra. Com a ocupação, o INDERT anunciou que faria medições técnicas para determinar a correta recuperação e legalização de títulos. Quando os proprietários se organizaram para impedir que isso ocorresse e os funcionários do INDERT recorreram ao exército. Entretanto, a ação política dos sojeiros, reforçada pela pressão diplomática brasileira, levou o governo Lugo a retroceder.

No ano seguinte, em 2012, ocorreu a operação militar que desencadeou o golpe. Em 15 de junho, 324 policiais desalojaram cerca de 60 camponeses que ocupavam terras passíveis de desapropriação, mas reivindicadas por um senador colorado em Curuguaty. A operação resultou em um massacre, em que seis policiais e onze camponeses foram mortos. Poucos dias depois, no dia 21 de junho, Lugo sofreu um impeachment no qual teve 24 horas para se defender de uma acusação sem provas, alegando-se um impreciso “conhecimento notório”. O vice-presidente liberal Federico Franco apoiou o golpe, e governou por 14 meses.

A experiência de Lugo demonstra que o domínio da oligarquia rural, reforçado durante a ditadura Stroessner, se atualizou no contexto da expansão do agronegócio da soja protagonizado por brasiguaios, bloqueando qualquer tentativa de democratizar o acesso à terra, por modesta que seja.

Equador

⁸⁶ SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Op. Cit.*

Em sua campanha presidencial em 2006, Rafael Correa e sua articulação Alianza Pais prometeram uma “revolução agrária”, consolidando o apoio de movimentos camponeses e indígenas da Mesa Agraria.⁸⁷ Em 2009, seu governo elaborou um *Plan Tierras*, no qual se identificou cerca de meio milhão de produtores familiares sem-terra e um número ainda maior de famílias com acesso precário à terra. Em uma realidade em que a concentração agrária medida pelo índice GINI roçava 0,8, o *Plan del Buen Vivir* propunha reduzi-la até 2013 a 0,61, o que envolvia a transferência de 2,5 milhões de hectares aos trabalhadores rurais por três vias: a distribuição de 69 mil hectares de terras públicas; a criação de um fundo nacional de terras previsto na Constituição (artigo 282) para a compra e expropriação de terras; e a compra de terras improdutivas por não cumprirem sua função social. O *Plan Tierras* foi acompanhado de outros programas visando formalizar propriedades indocumentadas, incluindo terras comunais de organizações indígenas e camponesas.⁸⁸

No entanto, em 2013, 5% dos proprietários concentravam 52% das terras agrícolas, enquanto 60% dos pequenos proprietários respondia por 6,4% das terras. Embora o governo tenha aumentado o investimento público no campo, as políticas implementadas não correspondiam às noções de soberania alimentar e de Bem-Viver, que foram retoricamente abraçadas pelo correísmo. É ilustrativo desta tendência que mais de 50% do investimento público entre 2008 e 2013 concentrou-se em transporte e estradas que beneficiam o setor exportador. Enquanto isso, o investimento em irrigação e manejo de águas, fundamental para a economia camponesa, reduziu-se de 7,5% para menos de 2,5%.⁸⁹

Coerente com seu enfoque “neodesenvolvimentista”, a prática governamental objetivou melhorar a produtividade no campo por meio de tecnologias agrícolas convencionais, fomentando a agroindústria orientada à

⁸⁷ Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN); Federación de Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador (FENACLE); Confederación Nacional del Seguro Social Campesino (CONFEUNASSC); Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro (CNC-EA); Confederación Kichwa del Ecuador (ECUARUNARI).

⁸⁸ OSPINA PERALTA et al. **Promesas en su laberinto. Cambios y continuidades en los gobiernos progresistas de América Latina**. La Paz: Cedla, 2013.

⁸⁹ MUÑOZ JARAMILLO, Francisco (ed.). **Balance crítico del gobierno de Rafael Correa**. Quito: Universidad Central de Ecuador, 2014.

exportação⁹⁰. Assim, investiu na eficiência de pequenos e médios produtores, concebidos como um elo em cadeias de valor agroindustriais frequentemente comandadas por capitais transnacionais, para exportar produtos tradicionais (como cacau e banana) ou recentes (como a palma africana) – todas culturas que implicam no uso do glifosato. Neste processo, se acentuaram laços de dependência dos camponeses em relação às transnacionais, que fornecem insumos (como sementes e agrotóxicos), acesso aos mercados, subcontratos entre outras vias.⁹¹

Portanto, a Revolução Cidadã abandonou a proposta original de distribuição de terras, enquanto Correa argumentava que “a pequena propriedade rural vai contra a eficiência produtiva e a redução da pobreza” e que “dividir uma propriedade grande em muitas pequenas é dividir a pobreza”.⁹² Ao mesmo tempo, a expansão do agronegócio intensificou a proletarianização rural, sobretudo no altiplano, em decorrência da exportação de vegetais como brócolis e de flores, retratados pelo governo como modelos de uma suposta “mudança de matriz produtiva”. Em muitos casos, modificou-se a natureza do vínculo com a terra, que passa a ser vista como uma retaguarda para a sobrevivência de trabalhadores, cujo sustento não mais advém primariamente da terra em que vive.

Apesar da agenda da soberania alimentar haver sido plasmada à Constituição de 2008, em decorrência da atuação da *Mesa Agraria* e do protagonismo da *Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras* (FENOCIN, Via Campesina) no apoio a Correa, o pacto do governo com o agronegócio e a falência de seu plano distributivo geraram contradições com os movimentos do campo. A *Confederación Nacional de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE), que se manteve independente e sequer havia apoiado Correa nas eleições

⁹⁰ CLARK, Patrick. Neodesarrollismo y una “vía campesina” para el desarrollo rural: Proyectos divergentes en la revolución ciudadana ecuatoriana. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 223-258.

⁹¹ HOUTART, François. El desafío de la agricultura campesina para Ecuador. In: CUVI, Juan (org.). **La restauración conservadora del correísmo**. Quito: Montecristi Vive, 2014.

⁹² MARTÍNEZ, L. Agribusiness, Peasant Agriculture and Labour Markets: Ecuador in Comparative Perspective. **Journal of Agrarian Change**, v. 4, n. 17, p. 680-693, 2017. Correa: 2011, apud Cuvi, 2013, 13.

de 2006 (com candidato próprio de seu partido Pachakutik), acirrou a oposição e os conflitos entre governo e indígenas foram constantes desde 2009.⁹³

O governo se propunha à integração da agricultura familiar às cadeias mercantis, tornando-os “cada vez menos camponeses e cada vez mais, pequenos produtores capitalistas”, o que também impactava as lutas sociais. Na costa, onde a sujeição ao mercado de commodities é mais acentuada, as lutas se orientaram a viabilizar a integração capitalista do pequeno produtor, enquanto na serra, muitos reivindicavam terra e apoio para uma produção de subsistência em moldes agroecológicos, que complementasse a renda de um campesinato proletarizado. Este quadro colocou novos desafios para as organizações camponesas que, como em outros casos, navegaram entre a oposição e a institucionalização. Em 2009, o governo lançou a *Conferencia Plurinacional e Intercultural de Soberanía Alimentaria* (Copisa), uma iniciativa que integrava organizações sociais para “gerar um processo de amplo debate para construir propostas de leis, políticas e programas em função da soberania alimentar”. Na prática, porém, foi uma ferramenta de autolegitimação do governo, que não desenvolveu um processo de democracia participativa.⁹⁴

A impermeabilidade da “Revolução Cidadã” à participação popular autônoma foi evidenciada no debate em torno da iniciativa Yasuní ITT, que explicitou as contradições entre o extrativismo e o preceito constitucional do Sumak Kawsay. Em poucas palavras, esta iniciativa propunha manter inexplorado um potencial de 850 milhões de barris de petróleo, que ocupa cerca de 200 mil hectares de floresta tropical no Parque Nacional Yasuní, em troca de um aporte estimado em 350 milhões de dólares ao ano, ao longo de dez anos, a ser realizado pela comunidade internacional. Este dinheiro seria administrado por uma comissão fiscalizada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), para ser investido em programas sociais, energia renovável ou reflorestamento.

A iniciativa foi tratada de modo contraditório por Correa desde o lançamento. O governo assinou um protocolo com o PNUD em 2010, mas os defensores da

⁹³ CLARK, Patrick. *Op. Cit.*; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Op. Cit.*

⁹⁴ HENDERSON, Thomas Paul. State-peasant movement relations and the politics of food sovereignty in Mexico and Ecuador. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 1, p. 33-55, 2017.

proposta já temiam que se tratasse de um jogo de cena.⁹⁵ Quando este cenário se concretizou em 2013, o movimento *Yasunidos* propôs um referendo nacional para decidir a questão. O presidente retrucou: “se querem uma consulta, não sejam vagabundos, recolham as assinaturas se tem tanto apoio”.⁹⁶ Meses depois, os “vagabundos” entregaram um número de assinaturas superior ao necessário, mas o referendo nunca foi realizado, pretextando problemas nas assinaturas. Quando isso aconteceu, já estava claro que o Alianza País resolveria a contradição entre extrativismo e bem viver apoiando o primeiro, e enfrentando o segundo.

Considerações finais

O “consenso do glifosato” foi um marco comum das políticas agrárias dos governos progressistas, que encararam o agronegócio como aliado estratégico na geração de excedentes para financiar sua agenda social, com destaque para programas de transferência de renda condicionada no campo. Alguns setores dos movimentos camponeses latino-americanos se associaram a estes governos, a despeito das suas contradições. Em muitos casos, vislumbraram-se caminhos para acessar recursos públicos e direcioná-los às suas demandas, mas por outro lado, os movimentos se defrontaram com governos que reforçaram a matriz oligárquico-rural dos Estados que comandaram, bloqueando qualquer mudança estrutural.

Embora frequentemente embalado em uma retórica de inspiração desenvolvimentista, a aliança do progressismo com o agronegócio se deu em termos distintos do passado. O paradigma nacional-desenvolvimentista, que encontrou formulação lapidar no ideário cepalino do pós-Segunda Guerra, entendia a exportação primária como fonte de divisas para financiar processos de industrialização em base nacional, uma via necessária para superar o subdesenvolvimento na América Latina. Neste quadro, a reforma agrária era percebida como uma dimensão incontornável do processo de formação da nação: uma condição para a integração da população através do trabalho, apontando para a elevação dos salários urbanos e rurais, e a consolidação de mercados internos

⁹⁵ ACOSTA, Alberto. La firma del fideicomiso para la Iniciativa Yasuní-ITT, **Viento Sur**, 03/08/2010.

⁹⁶ EL UNIVERSO, **Presidente Rafael Correa reta grupos opositores a reunir firmas para consulta sobre Yasuní**, 17/08/2013.

robustos que, por sua vez, se articulariam regionalmente. Ao assentar as bases para o que Celso Furtado descreveu como um sistema econômico nacional (ou regional), estas transformações indicavam a possibilidade de conciliar desenvolvimento e capitalismo na periferia, superando o subdesenvolvimento em todas as suas dimensões.

Entretanto, diante da crise estrutural do capitalismo a partir dos anos 1970, a ideia de desenvolvimento perde seu chão histórico. Parafraseando Roberto Schwarz, o desenvolvimentismo no século XXI se tornou uma ideia fora do lugar. Nesta quadra histórica, a exportação primária deixou de ser vista como mal necessário e provisório visando a industrialização nacional. O extrativismo se tornou um fim em si, a reforma agrária sumiu do horizonte e, com ela, a perspectiva de uma integração social mediada pelo trabalho. Na aliança do progressismo com o agronegócio, a reforma agrária tornou-se um dispositivo retórico para nomear processos de regularização e saneamento fundiário que, em nenhum país, modificou a concentração da propriedade. Assim, a modalidade extrativista de uma “agricultura sem agricultores”, característica do consenso do glifosato, se combinou às políticas neoliberais de mitigação social. O remédio para a massa de excluídos do campo tornou-se a assistência monetária pontual, em um contexto em que a cidadania salarial recua em todo o mundo. Em outras palavras, a política agrária progressista engendrou simulacros de inclusão no campo via expansão monetária, facilitados no contexto de alta do preço das commodities, na mesma medida em que expandia estruturalmente os territórios da acumulação por espoliação ou fumigação. Como no passado se cogitou a pedra filosofal de um “desenvolvimento industrial dependente”, o progressismo perseguiu, no século XXI, a alquimia de um “neoliberalismo agrário inclusivo”, na expectativa de forjar nações.

No entanto, o impulso induzido pelo afluxo de dinheiro se desdobra na concorrência de todos contra todos, dissolvendo a solidariedade comunitária também nos territórios rurais. Os processos agrários desencadeados pela onda progressista, a despeito da retórica antineoliberal, resultaram no reforço da razão neoliberal, em que as relações entre indivíduos são reduzidas à mecanismos de premiação e punição monetária. O consenso do glifosato e o “neoliberalismo inclusivo” aprofundaram a mercantilização da vida, na cidade como no campo: em

uma realidade em que as relações sociais são cada vez mais mediadas pelo dinheiro, cresce o consumo de alimentos ultraprocessados, enquanto laços comunitários são fragilizados e a reprodução da vida é contaminada por substâncias tóxicas. Em suma, mesmo enquanto prosperou, o desenvolvimento progressista se revelou regressivo.

No século XXI, o progressismo abandonou as pretensões de soberania e integração pelo trabalho que outrora balizaram projetos nacionais: restou a espoliação. Nessa chave, a questão social se reduziu à inclusão pelo mercado, enquanto a reforma agrária se transfigurou em gestão da pobreza. No campo, o saldo foi um continente mais amarrado às transnacionais de sementes transgênicas e agrotóxicos, aprofundando a dessocialização nos territórios e a degradação ambiental. Talvez seja essa afinal, a cara do progresso que se identifica com a lógica cega e predatória do capital na América Latina contemporânea.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. La firma del fideicomiso para la Iniciativa Yasuní-ITT. **Viento Sur**, 03/08/2010.

ALMARÁZ, Alejandro. La frustración agraria. **Página Siete**, La Paz, abr. 2015.

AHARONIAN, Anahit; CÉSPEDES, Carlos; PICCINI, Claudia; PIÑEIRO, Gustavo. Cambio de uso del suelo, impactos en los recursos hídricos... ¿un proceso de (des)integración regional? Observaciones desde Uruguay. *In*: CASTRO, J.E.; KOHAN, G.; POMA, A.; RUGGERIO, C (ed.). **Territorialidades del agua: conocimiento y acción para construir el futuro que queremos**. 1. ed. Buenos Aires: CICCUS/Waterlat-Gobacit, 2019.

ARTACKER, Tamara. El aparato del desarrollo en las políticas agrarias progresistas. Una crítica desde el postdesarrollo a las políticas públicas de los gobiernos Correa en Ecuador y Mujica en Uruguay. **Ecuador Debate. Devenires actuales de los extractivismos**, Quito: CAAP, n. 105, p. 69-90, dez. 2018.

BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Revista Memoria**, La Paz, n. 248, p. 5-13, 2010.

CASTRO, Diego; SANTOS, Carlos. Rasgos de la lógica estatal en la hegemonía progresista uruguaya. *In*: OUVIÑA, HERNÁN; THWAITES, Mabel (comp.). **Estado en disputa. Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina**. Buenos Aires: El colectivo, 2018. p. 121-139.

CLARK, Patrick. Neodesarrollismo y una “vía campesina” para el desarrollo rural: Proyectos divergentes en la revolución ciudadana ecuatoriana. *In*: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 223-258.

CUVI, Juan (org.). **La restauración conservadora del correísmo**. Quito: Montecristi Vive, 2014.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. *In*: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 89-118.

FELDMANN; Daniel; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **O médico e o monstro**. 2020. (no prelo)

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2008.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIRARDI, Eduardo P. **Leitura desconstrucionista do mapa. Cartografia Crítica. Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: FAPESP/UNESP/NERA.

HENDERSON, Thomas Paul. State-peasant movement relations and the politics of food sovereignty in Mexico and Ecuador. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 33-55, 2017.

HOUTART, François. El desafío de la agricultura campesina para Ecuador. *In*: CUVI, Juan (org.). **La restauración conservadora del correísmo**. Quito: Montecristi Vive, 2014.

KAY, Cristóbal. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, v. 100, 50th Anniversary Special Issue: New Directions in Latin American and Caribbean Studies, p. 73-83, 2015.

KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

LAPEGNA, Pablo. La economía política del boom agro-exportador bajo los Kirchner: hegemonía y revolución pasiva en Argentina. *In*: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América**

Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 155-188.

LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. *In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo.*** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 123-156.

MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael; FARRELL, Jojo (ed.). **Venezuela Speaks! Voices from the Grassroots.** Oakland: PM Press, 2010.

MARTÍNEZ, L. Agribusiness, Peasant Agriculture and Labour Markets: Ecuador in Comparative Perspective. **Journal of Agrarian Change**, v. 4, n. 17, p. 680-693, 2017.

MIRANDA, Evaristo. **Áreas cultivadas no Brasil e no mundo.** Agroanalysis EMBRAPA, 2018.

MORENO, Camila. **O Brasil Made in China. Para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo, 2015.

MUÑOZ JARAMILLO, Francisco (ed.). **Balance crítico del gobierno de Rafael Correa.** Quito: Universidad Central de Ecuador, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur, 2007.

OSPINA PERALTA et al. **Promesas en su laberinto. Cambios y continuidades en los gobiernos progresistas de América Latina.** La Paz: Cedla, 2013.

PENGUE, Walter. La Republica Unida de la Soja. Concentración y poder basado en la monocultura de exportación. *In: ATLAS del Agronegocio.* Heinrich Böll Cono Sur / Rosa Luxemburgo / GEPAMA, 2018. p. 26-27.

PEÑAHERRERA COLINA, Luis. **Situación actual sobre el uso del glifosato en Ecuador.** INIA.10, 2013.

PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. El Frente Amplio y la política agraria en Uruguay *In: KAY, Cristóbal & VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.*** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 259-286.

PÓRFIDO, Osvaldo. **Los plaguicidas en la república de Argentina.** Buenos Aires: Departamento de Salud Ambiental/Ministerio de la Salud, 2014.

PURCELL, Thomas F. La economía política del capitalismo rentista y los límites de la transformación agraria en Venezuela. *In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina.***

Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 119-154.

ROJAS, Luis. **Actores del agronegocio en Paraguay.** Asunción: Base IS/ Diakonia, 2009.

RULLI, Javier (ed.). **Republicas unidas de la soya.** Córdoba: GRR, 2007.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista Sul-Americana (1998-2016).** 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, 2013.

SVAMPA, Maristella. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? *In:* LANG, Mónica; MOKRANI, Dunia. **Más allá del desarrollo. Grupo Permanente de Trabajo Alternativas al Desarrollo.** México, D.F.: Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 185-218.

SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensamblés**, n.3, p. 34-63, 2015.

SOARES, R. C. O. O mercado da soja no Paraguai: expansão, consolidação e momento atual. **Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat. Taquara, RS, v. 16, n. 3, p. 211-231, 2019.

TEUBAL, Miguel. La lucha por la tierra en América Latina. *In:* GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel (coord.). **La tierra es nuestra, tuya y de aquel...Las disputas por el territorio en América latina.** Argentina: Editorial Antropofagia, 2009. p. 205-230.

WEBBER, Jeffery B. Evo Morales, el “transformismo” y la consolidación del capitalismo agrario en Bolivia. *In:* KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 189-222.

Bancos de Dados e Documentos Institucionais

ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário.** Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20/06/2019.

AENDA. **Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos.** Disponível em: <https://www.aenda.org.br/>

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de Argentina - INDEC. **Exportaciones por complejos exportadores (2016-2019)**. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/>. Acesso em 29/06/2020.

BASF. **Net Assets Report**. Disponível em: <https://www.basf.com/global/en/investors/calendar-and-publications/publication-finder.html>. Acesso em 30/06/2020.

BAYER. **Annual Reports**. Disponível em: <https://www.bayer.com/en/integrated-annual-reports.aspx>.

BOLÍVIA. IBCE. Instituto Boliviano do Comercio Exterior. **Cifras del Comercio Exterior Boliviano de 2015**. La Paz, 2016. Disponível em: <https://ibce.org.bo/>. Acesso em 29/06/2020.

BOLIVIA, INE, Instituto Nacional de Estadísticas. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/>.

BOLÍVIA. **Constitución Política de Estado**, 07/02/2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em 30/06/2020.

BRASIL. MAPA, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGROStat**. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/>.

BRASIL. MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de Comércio Exterior, Balança Comercial Brasileira 1998-2020**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. Acesso em 30/06/2020.

BRASIL. IBGE, **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 29/06/2020.

CANEZ. **En honor a los caídos... Apoyemos la Ley de Tierras**. Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/a5b871f2-e012-4d6a-b6d8-45bf8ebb1ed2?locale=pt-BR..>

CEPAL (2010). **A hora da igualdade. Brechas por fechar, caminhos por abrir**. 33º período de sessões. Brasília. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2973/1/LCG2432_pt.pdf.

CEPAL, **Anuário Estadístico de América Latina y Caribe (2001-2017)**. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>. Acesso em 29/06/2020.

CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas**. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>. Acesso em 29/06/2020.

CEPAL. **América Latina e Caribe é região mais desigual do mundo, revela comissão da ONU**, 09/05/2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-e-regiao-mais-desigual-do-mundo-revela-comissao-da-onu/>. Acesso em 29/06/2020.

DOW CHEMICAL. **Annual Reports**. Disponível em: <http://www.annualreports.com/Company/the-dow-chemical-company>. Acesso em 29/06/2020.

DUPONT. **Annual Reports**. Disponível em: <http://www.annualreports.com/Company/dupont>. Acesso em 29/06/2020.

EUROPEAN PARLIAMENT, **EU's Pesticide Risk Assessment System. The case of glyphosate**. Brussels: Economic and Scientific Policy Department. Study for the Environment, Public Health and Food Safety Committee, 2016.

FAO. **FAOStat**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/>. Acesso em 29/06/2020.

SYNGENTA. **Annual Report**. Disponível em: <http://www.annualreports.com/Company/syngenta-ag>.

URUGUAI. CIU, Cámara de Industrias del Uruguay. **Informe Anual de Exportaciones de Bienes del Uruguay 2015**. Montevideo, 2016. Disponível em: <http://www.ciu.com.uy/>. Acesso em 29/06/2020.

URUGUAI. **Censos Generales Agropecuários 2011**. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/datos-y-estadisticas/estadisticas/censo-general-agropecuario-2011>. Acesso em 29/06/2020.

URUGUAI. **Censos Generales Agropecuários 2000**. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/world_census_of_agriculture/main_results_by_country/Uruguay_2000.pdf. Acesso em 29/06/2020.

VENEZUELA. Instituto Nacional de Estadísticas (INE). Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/>. Acesso em 29/06/2020.

Reportagens

FOUCART, Stéphane. Les « Monsanto Papers », à la base de la controverse sur le glyphosate. **Le Monde**, Paris, 11/08/2018.

SAGÁRNAGA, Rafael. Bolivia, un país adicto al polémico glifosato. **Los Tiempos**, Cochabamba, 24/09/2018.

ROCHA, Luana; BARBA, Mariana Della. Empresas estrangeiras 'desovam' no Brasil agrotóxico proibido em seus próprios países. **Agência Pública**, 19/12/2019.

EL UNIVERSO, **Presidente Rafael Correa reta grupos opositores a reunir firmas para consulta sobre Yasuní**, 17/08/2013.

Recebido: 30/07/2020
Aprovado: 11/11/2020